

Assembleia da República
CONFERÊNCIA RACISMO, XENOFOBIA E DISCRIMINAÇÃO
ÉTNICO-RACIAL EM PORTUGAL

PAINEL II – AS COMUNIDADES CIGANAS

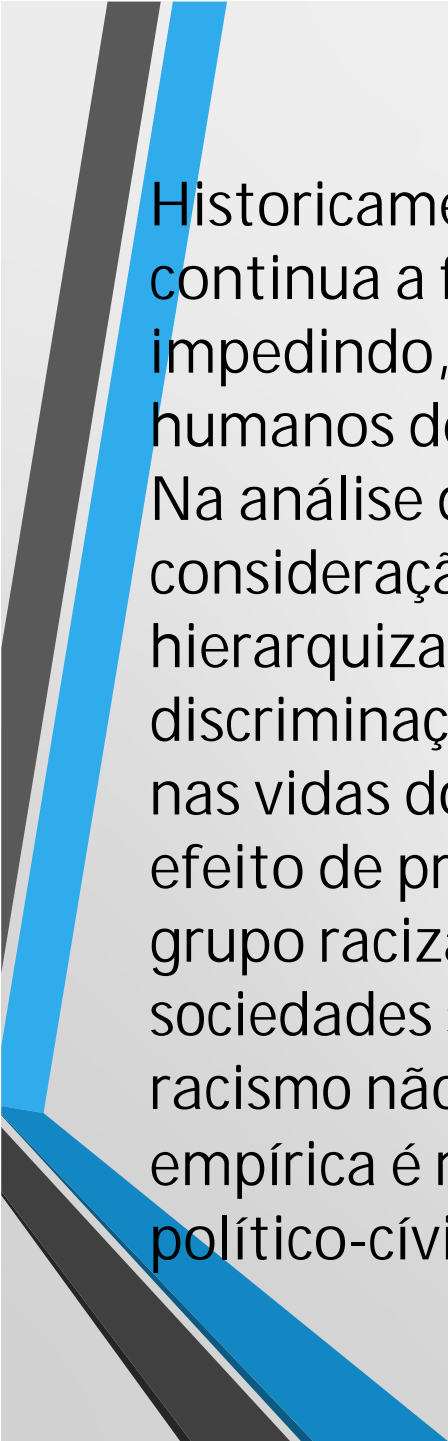
09 de Julho de 2019

Maria José Casa-Nova
Instituto de Educação, Universidade do Minho
Coordenadora do Observatório das
Comunidades Ciganas-OBCIG
mjcasanova@ie.uminho.pt

Definição básica de racismo

Inicialmente associado a características biológicas de grupos sociais face às quais se formulavam juízos de valor sobre racionalidade, desenvolvimento cognitivo e padrões de aceitabilidade moral, foi sofrendo alterações conceptuais e práticas para, na década de 80 do século XX, incorporar o que ficou conhecido como “neo-racismo” ou racismo de carácter cultural para designar a discriminação com base nas características étnico-culturais de grupos vítimas de racismo.

Michel Wieviorka prefere falar de duas lógicas do racismo: a lógica desigualitária (baseada em características biológicas do grupo racizado) e a lógica diferencialista (baseada em características de ordem cultural). A primeira, discriminando no convívio, a segunda, segregando dos espaços de sociabilidade. São estas duas lógicas que, no entender do autor, constituem o racismo na sua globalidade, funcionando frequentemente em conjunto (Casa-Nova, 2018)



Historicamente situado no tempo e no espaço, o racismo continua a fazer parte do quotidiano de múltiplas vidas, impedindo, das mais variadas formas, milhares de seres humanos de aceder a uma vida com dignidade.

Na análise da realidade social, importa no entanto ter em consideração a existência de graus diferenciados e hierarquizados de racismo. Se racismo é sempre racismo, a discriminação que lhe está inerente tem diferentes repercussões nas vidas dos seres humanos que dele são vítimas em função do efeito de proximidade ou de distanciamento face à pessoa ou grupo racizado. Neste sentido, considerando não existir sociedades sem racismo, o grau e intensidade de manifestação de racismo não é o mesmo em todas elas. Negar esta evidência empírica é retirar seriedade ao debate científico, ao activismo político-cívico e às medidas de política que possam ser tomadas.

Minoria

Do ponto de vista sociológico, o conceito de **minoria** remete para grupos destituídos dos diferentes tipos de poder socialmente valorizados, vivendo em situação de **subalternidade estrutural**.

(Machado, 2002; Casa-Nova, 2014)

Neste sentido, uma maioria numérica pode ser uma minoria e um minoria numérica pode ser uma maioria.

(**Exemplo do apartheid**)

Neste sentido, a classe trabalhadora e as mulheres são as duas maiores minorias (quer em termos numéricos, quer de relações de poder).

É também naquele sentido que a população cigana e a população afrodescendente são consideradas minorias.

3. O grupo socio-cultural cigano em Portugal

Políticas dispersas de tentativas de integração a partir da década de 90 do Século XX, com reduzido impacto social (Casa-Nova, 2010)

Desde 2013: Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (até 2022, após reformulação: Resolução do Conselho de Ministros nº 154/2018), com constituição de um Conselho para monitorização da sua implementação (CONCIG).

Abrange: habitação, saúde, educação escolar, trabalho, discriminação, imagem social, relação com as instituições da sociedade maioritária e vice-versa, relações de género, mercado de trabalho, formação de professores, de agentes de segurança e de outros agentes sociais.

População cigana-população dita majoritária:

- Dificuldade de construção de redes de sociabilidade interculturais;
- utilização de “objectos decorativos” sob a forma de sapos nas vitrinas de estabelecimentos comerciais;
- recusa de emprego a pretexto da ocupação antecipada do lugar;
- recusa de fornecimento de estágios inseridos em cursos de formação profissional;
- recusa de venda ou arrendamento de apartamentos ou vivendas (a pretexto de já estarem vendidos ou alugados);
- segregação espacial: vivência em bairros degradados, “bairros étnicos” ou “barracas” (Casa-Nova, 2013a)

Educação escolar

1997/98

1º ciclo	5420
2º ciclo	374
3º ciclo	102
Ens. Sec.	16 (15,7%)

2003/04


7216
857
217
34 (15,7%)

2016/17

5879
3078
1805
256 (14,2%)

Ano lectivo 2016/17 (70% de escolas respondentes)

(Disponível em <http://www.dgeec.mec.pt/np4/906.html>)



o número de jovens a frequentar o **ensino secundário** representa **menos de 10%** da população em idade de frequência deste nível de ensino.

Medida de política educativa: 100 Bolsas de estudo para jovens no Ensino Secundário (ano lectivo 2019/20)

Não integração, Integração subordinada, Integração emancipatória

Na escola:

Não integração - insucessos repetidos

Integração subordinada - sucessos periféricos (CEF, PIEF, PCA, CV...)

Integração emancipatória - sucessos centrais, formação integral da pessoa que habita o aluno.

Estratégias de combate ao insucesso e ao abandono escolares

- Construção de uma relação de confiança Escola-Família;
- Desconstrução de estereótipos (conhecimento intercultural)
- Construção de dispositivos de diferenciação pedagógica;
- Mediadores/as interculturais;
- Incorporação de pais ciganos na Associação de pais da Escola (envolvimento das famílias nas actividades da escola);
- Exemplos de sucesso escolar e de inserção no mercado de trabalho alargado (convidar jovens ciganos/as; vídeos do Observatório das Comunidades Ciganas - Newsletter)

ACM-OBCIG

(<http://www.obcig.acm.gov.pt>)

- realização e publicação de estudos
- publicação de uma Newsletter (divulgação de casos de sucesso: o que está a mudar)
- realização de seminários internacionais
- Divulgação do conhecimento produzido através de colóquios, seminários, conferências (escolas, associações, ONG, sindicatos...)

Prémio OBCIG Empresas Integradoras 2019: distinguida a empresa dst Group, que emprega actualmente 10 pessoas ciganas

Network internacional de jovens ciganos/as no ensino superior

ACM- NACI

- ENICC
- CONCIG - Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (desde 2013)
- FAPE- Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (desde 2015)
- PAAC - Programa de Apoio ao Associativismo Cigano (desde 2017)
- Programa OPRÉ – jovens ciganos na universidade
- **PLICC (LRIP)** Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas (projecto piloto para 10 municípios)
- Grupo Jovens Activos
- Câmaras: 21 mediadores interculturais

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - RELATÓRIO DA SUBCOMISSÃO IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO

CONTEXTO DAS POLÍTICAS

Proposta de Recomendações

- Separar o combate ao racismo e à discriminação étnico-racial da estrutura responsável pela implementação de política de integração de imigrantes
- Realizar recolha de informação estatística, pelo organismo responsável pela estatística nacional, sobre origem e discriminação étnico-racial em Portugal

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Proposta de Recomendações:

- Sensibilizar os Partidos Políticos para a integração de minorias étnico-raciais nas listas que concorrem a eleições Europeias, Legislativas e Autárquicas, de modo a garantir maior representatividade destas comunidades nos órgãos de decisão política.

JUSTIÇA E SEGURANÇA

Proposta de Recomendações:

- Introdução de câmaras de vídeo na lapela das fardas quando há intervenções policiais
- Desenvolver projetos de proximidade com os jovens e as comunidades dos bairros das Áreas Metropolitanas que levem ao aumento de confiança entre comunidade e polícia
- Criar campanhas e estratégias para recrutamento de agentes de segurança dentro das comunidades de afrodescendentes e de comunidades ciganas
- Realizar um levantamento da origem étnico-racial da população prisional portuguesa, mediante pedido de autorização à Comissão de Proteção de Dados

EDUCAÇÃO

Proposta de Recomendações:

- Combater a segregação das crianças afrodescendentes e das crianças ciganas dentro do sistema de ensino, garantindo o fim de escolas ou turmas exclusivamente com crianças de minorias étnico-raciais, ou a integração das crianças destes grupos em percursos escolares alternativos sempre que reúnam as condições para integrar o ensino regular.
- Desenvolver um estudo sobre a integração de jovens afrodescendentes e ciganos no Ensino Universitário, com vista a avaliar possibilidades de integração de medidas de ação positiva.

HABITAÇÃO

Proposta de Recomendações:

- Envidar todos os esforços para acabar com as situações habitacionais indignas em Portugal até 2024, mediante meta proposta pelo Governo
- Desenvolver mecanismos de apoio jurídico e social ao arrendamento que contribuam para impedir a recusa dos proprietários em alugar casas a pessoas ciganas e afrodescendentes

TRABALHO/EMPREGO

Proposta de Recomendações

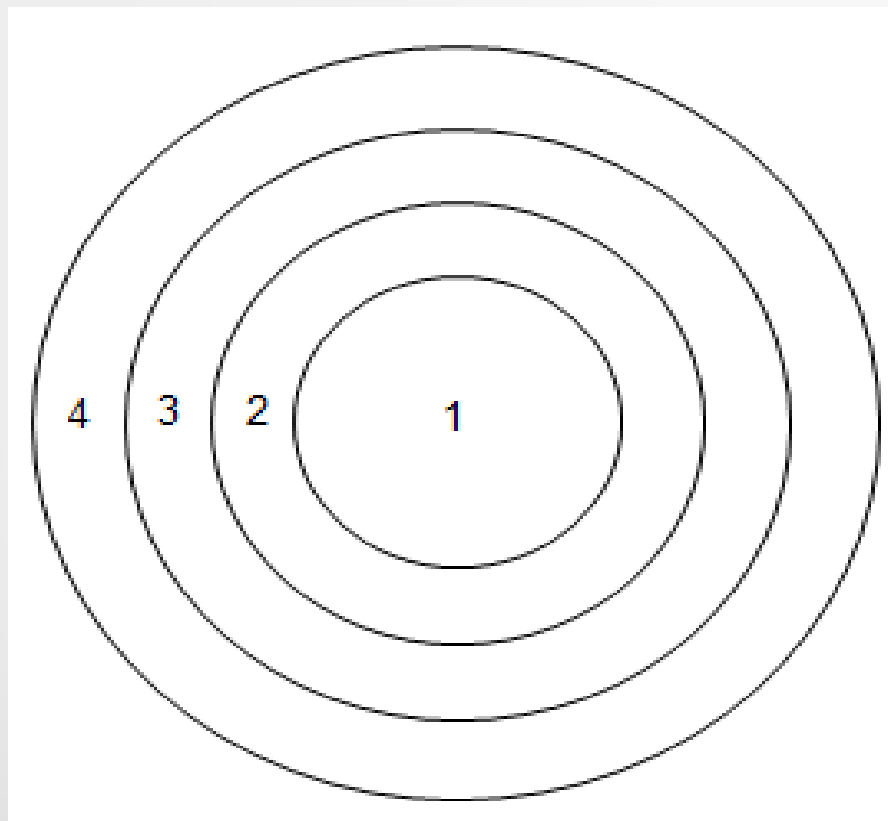
- Desenvolver através do organismo que promove o emprego, mecanismos de dissuasão da exclusão de pessoas na seleção de trabalhadores por motivos étnico-raciais
- Promover projetos dentro da política pública de emprego, de emprego apoiado para as comunidades ciganas,
- Promover dentro da ACT formação específica para inspetores sobre racismo, xenofobia e discriminação étnico-racial, tal como existe noutros setores da administração pública
- Regulamentar o estatuto do mediador sociocultural

SAÚDE

Proposta de Recomendações

- Reforçar as orientações técnicas e mecanismos de informação e formação dos serviços de saúde, cuidados primários e serviços hospitalares, sobre os direitos e as regras que se aplicam a utentes do SNS, imigrantes em geral e pessoas que estão indocumentadas ou em situação irregular.

Grafico 1 – Do máximo de integração à vivência nas margens





EXERCÍCIO DE IGUALDADE COM DISCRIMINAÇÃO POSITIVA PARA MÁXIMA:

- Autonomia
 - Participação
 - Empoderamento

EMANCIPAÇÃO SOCIAL



A realidade é uma construção social.

Olhar a história como possibilidade.